

dendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Administrador da Insolvência é: Maria Clarisse Barros, Endereço: Rua Cónego Rafael Alvares da Costa, 60, 4715-288 Braga

26 de Janeiro de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Magda Cerqueira*. — O Oficial de Justiça, *Teresa Pires*.

304282951

### 3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BARCELOS

#### Anúncio n.º 2187/2011

##### Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

##### Processo n.º 816/10.0TBBCL

Requerente: Maria Emília Cruz Barreto.

Insolvente: Maria da Conceição & Filhos, Confeccões Têxteis, L.ª, NIF — 502934255, Endereço: Travessa António Fogaça, Urb. S. José, Bloco 7, 2.º Dt, Barcelos, 4750-000 Barcelos.

Administradora: Maria Clarisse Barros, Endereço: Rua Cónego Rafael Alvares da Costa, 60, 4715-288 Braga.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: Insuficiência de bens.

Efeitos do encerramento: art.º 232.º do CIRE.

27 de Janeiro de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria Isabel Barros*. — O Oficial de Justiça, *Álvaro Franklim S. Gomes*.

304352181

#### Anúncio n.º 2188/2011

##### Processo n.º 3607/10.4TBBCL — Insolvência de pessoa singular requerida

Requerente: Condomínio do Edifício Sobarcol II

Insolvente: Maria de La Salete Pereira da Silva e outro.

No Tribunal Judicial de Barcelos, 3.º Juízo Cível de Barcelos, no dia 31-01-2011, pelas 11,50 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores:

Maria de La Salete Pereira da Silva, Casado, nascida em 15-12-1985, freguesia de Campanhã [Porto], NIF — 194247996, BI — 13050785, Endereço: Lugar de Lages, Areias de Vilar, Barcelos.

Fernando Jorge Pereira Rodrigues, Casado, endereço Lugar de Lages, Areias de Vilar, Barcelos, ambos com último domicílio conhecido na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a *Dr.ª Maria Joana Prata*, Endereço: Av. Combatentes da Grande Guerra, N.º 2 — 2.º Esq.º, 4810-260 Guimarães

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º-CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 04-04-2011, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

1 de Fevereiro de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria Isabel Barros*. — O Oficial de Justiça, *Esmeralda Maria G. Carvalho*.

304296098

### 1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BENAVENTE

#### Anúncio n.º 2189/2011

##### Processo n.º 1852/10.1TBBNV

No Tribunal Judicial de Benavente, 1.º Juízo de Benavente, no dia 04-02-2011, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Dina Teresa Faria Dimas Barrué, estado civil casada: Urbanização Quinta Nova, Lote 41, 1.ª Fase, 1.º Esquerdo, Benavente, 2130-101 Benavente e Fernando Alberto Parracho Barrué, estado civil casado, Urbanização Quinta Nova, Lote 41, 1.ª Fase, 1.º Esquerdo, Benavente, 2130-101 Benavente

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: *Dr. Pedro Manuel Gomes Ortins de Bettencourt*, Endereço: Praceta Aldegalega, 21 R/c Esquerdo, Montijo, 2870-000 Montijo

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter Pleno (alínea *i* do artigo 36.º do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;